

Mobilidade social e relação com a condição de origem: o caso de mulheres em movimentos sociais “rurais”*

Gabriele dos Anjos**

Doutora em Sociologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Pesquisadora em Sociologia da Fundação de Economia e Estatística (FEE)

Resumo

O texto apresenta uma análise das relações que indivíduos com mobilidade social ascendente estabelecem com sua origem social. Trata-se especificamente de modalidades de relações com a origem de mulheres militantes em sindicatos e movimentos de agricultores. A partir de resultados de entrevistas estruturadas e semiestruturadas, a abordagem leva em conta a condição social de origem, os trajetórias dos indivíduos considerados e de como a apresentam. A militância nessas organizações implica mobilidade social sem ruptura simbólica com a condição de origem. Assim, a militância permite uma modalidade de mobilidade social bastante específica, com a manutenção da identidade de origem, e o estabelecimento de uma série de compromissos com ela.

Palavras-chave: mobilidade social; origem social; militância

Abstract

The paper presents an analysis of the relationships that individuals with upward social mobility establish with their social origin. It is an approach of forms of relations with the social origin of women militants in farmers' movements. Using the results of structured and semi-structured interviews, the analysis takes into account the social origins and trajectory of the individuals considered and how they present that. The militancy in these organizations implies social mobility without symbolic rupture with the condition of origin. Thus, militancy allows a very specific modality of social mobility, with the maintenance of identity of origin, and the establishment of a series of commitments with it.

Keywords: social mobility; social origins; activism

Introdução

Este texto apresenta uma análise das relações que mulheres militantes em “movimentos sociais rurais”, em situação de mobilidade social ascendente, estabelecem com sua origem social. No caso estudado, trata-se de modalidades de relação com a condição de agricultor por parte de mulheres que se encontram engajadas em atividades de militância, em nome de categorias tais como “trabalhadores rurais”, “mulheres agricultoras”, “sem terra”, “pequenos agricultores” ou “assentados”¹. Essas mulheres atuam em organizações como: sindicatos de trabalhadores rurais (STRs) e suas federações no Rio Grande do Sul (Federação dos Trabalhadores na Agricultura no

* Artigo recebido em 10 jan. 2018.

** E-mail: gabriele@fee.tche.br

¹ Não é possível expor aqui todo o vocabulário da concorrência entre os diferentes movimentos sociais “rurais” pela representação dos grupos mais dominados econômica e culturalmente. Esse vocabulário traz diferentes designações e interpretações sobre os “outros” movimentos que a concorrência constitui. (Coradini, 1996).

Rio Grande do Sul (FETAG-RS); Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar da Região Sul (FETRAF-Sul), no Movimento de Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) e Movimento de Mulheres Camponesas (MMC-Brasil), também no Rio Grande do Sul². A existência dessas organizações não corresponde necessariamente a existência de diferenças socioeconômicas entre seus representados ou ainda entre seus integrantes, como se cada uma delas correspondesse a um “estrato” da população rural. Ao contrário, as diferenças entre esses representantes se constituem a partir dos ciclos de mobilização dos dominados no meio rural (Coradini, 1996).

A análise retoma questões sugeridas pela bibliografia que aborda as formas de incorporação individual de trajetórias sociais ascendentes. Segundo Durand-Sebag (1997, p. 341-342), a noção de mobilidade social indica a passagem de indivíduos de uma categoria social a outra, seja ao longo da vida socioprofissional (mobilidade profissional ou biográfica), seja em comparação com a categoria de origem, dada pela ocupação ou profissão dos pais (mobilidade intergeracional). Os estudos sobre mobilidade social podem adotar uma perspectiva sistêmica em que os tipos de mobilidade estão ligados a transformações socioeconômicas mais amplas, como o deslocamento de parte da população ligada ao setor primário da economia para o setor terciário, por conta da mecanização, ou ainda como efeito de uma ampliação do acesso ao sistema escolar (Durand-Sebag, 1997). Isto posto, a questão que se coloca é como se produzem esses efeitos que podem ser analisados como “sistêmicos”, o que remete à busca de condicionantes presentes nas trajetórias individuais em sua relação com a condição de origem, ou seja, com a posição social dos pais.

Além disso, a relação com a origem daqueles em mobilidade social implica a elaboração da saída de uma categoria social (desclassificação) e da entrada em outra (reclassificação) a partir de determinados recursos adquiridos ao longo da trajetória. Por um lado, é possível considerar que a condição de “recém-chegado” a um grupo ou categoria social é geralmente vivida com dificuldade em virtude da distância social entre o novo grupo e o antigo, que é interiorizada ao longo da história individual (Bourdieu, 1998). Esta condição está ligada à insatisfação, ansiedade e amargura, resultantes da “consciência clara e dolorosa da ambiguidade de sua condição” (Hoggart, 1970, p. 347-348; Pudal, 1988, p. 59). Esse sentimento pode ser redobrado pela demarcação de distâncias em relação aos “recém-chegados” por parte de membros de grupos sociais dominantes (Weber, 1984, p. 692; Elias, 2000). Essas questões são particularmente pertinentes ao estudo de indivíduos oriundos da agricultura familiar, um grupo cujas condições de existência e estilos de vida estão distantes do padrão dominante.

Para os oriundos daquele grupo, o afeto original aos pais, que persiste no adulto e que corresponde à “felicidade de dias idos em que o pai era o mais nobre e forte homem e a mãe a mais querida e amorosa das mulheres” (Freud, 1989, p. 300), é duramente contrariado em uma sociedade em que padrões “urbanos” são culturalmente dominantes (Bourdieu, 1977; Champagne, 1986). Esse afeto convive penosamente com a incorporação daqueles valores culturais dominantes (Elias, 2000, p. 188), dando origem tanto à vergonha da diferença de fala e vocabulário, das posturas corporais, gestos e vestimentas “de agricultor” em relação aos “urbanos” (Bourdieu, 2002), quanto ao desprezo pelo trabalho agrícola e mesmo pela condição feminina na agricultura, analisados em estudos sobre os jovens do meio rural (Champagne, 1986; Brumer et al., 2008; Stropasolas, 2004).

No caso em pauta, as entrevistadas, ao atuarem como representantes de agricultores, mantêm uma relação peculiar com essa categoria. Ao participarem em espaços de representação externos e mesmo autônomos em relação ao trabalho agrícola, estão distanciadas da condição de agricultor (Maresca, 1981, p. 3). Isso é particularmente importante no caso dessas mulheres, pois mostra aquilo que se pode chamar de duplo distanciamento em relação à condição de agricultor, já que nessa profissão as mulheres possuem, via de regra, um estatuto subordinado e não-reconhecido (ver, entre outros, Lagrave, 1987; Brumer, 2004; Melo, Sabbato, 2008). Esse distanciamento, no entanto, não se dá de forma estanque ou acabada, pois há uma diferença entre as mulheres que se dedicam parcialmente e as que se dedicam integralmente ao ativismo, como no caso das ocupantes de posição de direção em sindicatos e movimentos, assessoras, diretoras e outras funções³ (Brumer; Anjos, 2008).

Ao se considerar as diferentes formas de apresentação de si dessas militantes, verifica-se que, por um lado, elas correspondem a uma gestão dessa espécie de ambiguidade entre representar e não operar na prática social

² A análise em pauta tem como fonte empírica vinte e três entrevistas semiestruturadas com mulheres atuantes em diferentes movimentos, nas quais são tematizados a origem social e os trajetos militantes das mulheres. Além disso, são analisados os resultados de um questionário aplicado a líderes ou “dirigentes sindicais” de ambos os sexos, atuantes em sindicatos filiados à FETAG, além de outros estudos.

³ Ao considerar-se a divisão do tempo de vinte e uma mulheres integrantes da Comissão Estadual de Mulheres da FETAG entre “trabalho no sindicato” e na “propriedade” (conjunto definido pelo trabalho na “lavoura ou criação” e “atividades domésticas”), observa-se que apenas três delas dedicam um tempo igual ao trabalho sindical e ao trabalho na propriedade; e somente uma delas dedica um tempo superior ao trabalho no sindicato em relação ao trabalho “na propriedade”. Dentre as vinte e três entrevistadas a partir de roteiro semiestruturado, doze se dedicam totalmente à atividade militante. Finalmente, da totalidade dos respondentes da entrevista estruturada (238 respondentes), aqueles que dedicam 40 horas ou mais à atividade sindical são pouco mais de um quinto (22,7% ou 54 respondentes).

correspondente. Assim, as formas de apresentação de si dessas "profissionais" incluem o contraste entre uma atividade sindical passageira e "o principal na vida, a lavoura", o que contribui para a afirmação de si como estando devotada à prestação de serviço do grupo ao qual defende. Há também a sustentação da identidade de "agricultora" pelo pertencimento a uma família de agricultores, em diferentes arranjos em que a mulher, como filha, irmã ou esposa de agricultores se dedica à atividade militante, e seus pais, irmãos, casados ou solteiros, ou o marido assumem o trabalho agrícola. Nesses casos, a atividade militante pode ser parte da condição de "liderança" local.

Por outro lado, nessa apresentação de si a família de origem e, em especial, o pai agricultor, estão conectados ao engajamento e à militância de diferentes formas. Se uma condição de origem baixa é, além de fonte de sofrimento, também objeto de elaboração a partir de recursos adquiridos na ascensão social (Muel-Dreyfus, 1983, p. 38), essas formas de apresentação de si em que são enfatizadas certas características da família de origem e da figura paterna indicam possibilidades que a militância oferece de elaboração da origem em um grupo culturalmente dominado. Trata-se de conhecer as condições que estão na base dessa elaboração e suas modalidades, o que pode contribuir não só para entender os mecanismos que asseguram a mobilidade social ascendente, mas também para a compreensão da própria continuidade do engajamento militante.

Enfim, o que está em jogo aqui é entender como a mobilidade social intergeracional pode ser compreendida a partir das múltiplas estratégias de manutenção familiar. Nesse sentido, considera-se que o ativismo é parte dessas estratégias, ou funciona segundo uma lógica em que estão presentes os ascendentes e os descendentes e suas possibilidades de futuro social e profissional. Assim, além desta introdução e das considerações finais, no texto é apresentado no primeiro item a relação dos pais com a agricultura enquanto profissão e parte de suas estratégias sucessórias. No segundo item é tratado como as pesquisadas, ao mesmo tempo em que se distanciam da condição dos ascendentes, mantem-se vinculadas a essa condição a partir da militância. No terceiro item, são tratados os projetos e as possibilidades abertas aos filhos das entrevistadas.

1 Os pais e as condições de permanência na agricultura familiar

Ao se considerar como as mulheres pesquisadas elaboram sua origem na agricultura, observa-se que convivem o "amor à terra" e a desvalorização da atividade agrícola, em grande parte devido às escassas possibilidades de manutenção na agricultura familiar. Essa desvalorização é apresentada nas expectativas dos pais das lideranças em pauta em relação aos filhos, e nas expectativas dos militantes em relação aos seus filhos. Além disso, constitui uma das expressões das incitações à reconversão social e ao afastamento da condição de agricultor.

A população da qual os pesquisados são parte corresponde às que possuem origem nas frações dotadas de menos recursos econômicos entre os agricultores, possuidores de pequenas parcelas de terras e, em sua maior parte, com mais de três filhos. Ao se considerar as vinte mulheres das quais se dispõe de informações a respeito da propriedade paterna, obtidas por entrevistas aprofundadas, observa-se que seus pais possuíam em média 17,8 hectares (maior parcela de terra de 40 hectares e menor de 4 hectares) e em média 7,5 filhos (número mínimo de dois filhos e número máximo 14 filhos). Em termos de número de irmãos, essas mulheres não se diferenciam das lideranças sindicais entrevistadas por questionário. Quanto ao número de irmãos, esses entrevistados por questionário distribuem-se da forma apresentada no Quadro 1⁴.

Quadro 1

Frequência de distribuição percentual dos entrevistados segundo o número de irmãos

FAIXAS DE NÚMERO DE IRMÃOS	FREQUÊNCIA	%
1 irmão	25	13
2 irmãos	38	19,8
3 irmãos	33	17,2
4 irmãos	24	12,5
5 a 7 irmãos	41	21,4
8 irmãos e mais	31	16,1
Total	192	100

NOTA: Pesquisa de campo.

⁴ Respondentes à questão: n = 192, de 238 respondentes ao questionário.

Além disso, a inserção dos pais na economia de mercado, com produção familiar para a venda, é bastante precária, e pode muitas vezes ser conciliada com outras formas de inserção na atividade econômica: o trabalho “de peão”, como meeiro, o arrendamento, a parceria, a migração ou experiências de produção em conjunto. Os fundamentos econômicos dessa instabilidade remontam à estrutura da propriedade fundiária e aos ciclos socio-produtivos vividos no Rio Grande do Sul ao longo do século XX. Ao mesmo tempo, essa instabilidade pode estar na origem de uma “relação infeliz” com a condição de agricultor familiar. É essa relação que está na base de diferentes estratégias de reprodução familiar encetadas pelos pais (econômicas, escolares, de fecundidade), as quais se combinam com eventos ligados à incerteza na condição que podem ser descritos como “acasos” (doenças, desapropriação, perdas financeiras). Essas estratégias envolvem o investimento na diversificação profissional dos filhos, fundamental entre os pesquisados. É bastante temerário propor uma análise segundo a qual o maior ou menor número de filhos orienta para a saída ou investimento na agricultura como profissão dos filhos. Isso porque as “estratégias de fecundidade” e as “estratégias de herança” são parte da história incorporada, podendo ocorrer em contextos sociais nos quais não foram geradas e para os quais não foram feitas (Bourdieu, 1998, p. 102-103). Além disso, essas estratégias estão articuladas a outras estratégias de reprodução (escolares, de manutenção do capital social, econômicas), difíceis de serem captadas em questionários fechados ou em entrevistas únicas. No entanto, o questionário aplicado mostra que dentre aqueles que possuem um irmão (13% dos casos válidos), esse irmão é agricultor em 45,45% dos casos. Dentre aqueles que possuem dois irmãos (19,8% dos casos), o primeiro irmão é agricultor em 52,8% e o segundo igualmente em 51,3%. Dentre aqueles que possuem três irmãos (17,2% dos casos), o primeiro é agricultor em 45,4% dos casos, o segundo em 51,5% dos casos e o terceiro em 45,4%. Há uma tendência a uma redução na probabilidade de os irmãos serem agricultores no caso de haver quatro irmãos (12,5% dos casos): o primeiro irmão é agricultor em 37,5% dos casos, o segundo em 47,8% o terceiro em 39,1% e o quarto em 36,4%. As entrevistas em profundidade, por sua vez, indicam uma relação entre ausência de possibilidade de dotação de terras para todos os filhos e sua reconversão a outras profissões, como se observa no Quadro 2.

Quadro 2

Número e atividade dos irmãos

ENTREVISTADA	NÚMERO DE IRMÃOS	PROFISSÃO DO(S) IRMÃO(S)
1	6	Agricultores em assentamento
2	6	Agricultores em assentamento
3	9	Irmãos trabalhadores manuais, irmãs “donas-de-casa”
4	2	Irmão vereador, irmã ecônoma de um convento
5	9	Agricultores em assentamento
6	10	“Trabalhadores na cidade”, uma irmã religiosa
7	13	Só mais uma irmã também agricultora, “o resto foi tudo para a cidade”
8	6	“Um irmão mora com a mãe na roça”, cinco irmãs trabalhadoras em fábrica de calçados
9	4	Dois assentados, um agricultor na propriedade paterna, um agrônomo
10	5	Quatro assentados, um agricultor na propriedade paterna
11	10	Um “vendedor na cidade”, uma agricultora, seis irmãs “na cidade”, dois assentados
12	-	Não se aplica: família de origem do meio urbano
13	1	Agricultora em assentamento
14	5	Dois irmãos agricultores, um irmão agricultor (em sociedade com entrevistada), duas “na cidade”, uma como secretária e outra faxineira
15	3	Sem informação
16	-	Sem informação
17	9	“Trabalham na cidade”
18	10	Um irmão agricultor trabalha com o pai, os outros “funcionários”.
19	7	Sem informação
20	-	Sem informação
21	2	Uma irmã estudante e um irmão marceneiro (na cidade com o pai)
22	1	Trabalha em uma indústria fumageira como técnico agrícola, “não está mais na agricultura”

NOTA: Pesquisa de campo.

No entanto, essas reconversões parecem conviver com o desejo paterno de dotar todos os filhos com terra, e o engajamento e a militância em organizações como o MST ao oferecerem essa possibilidade de obtenção de

terras (Vianna, 1989; Woortmann, 1995), poderiam ser vistos como uma forma de herdar do pai e realizar seu desejo de permanecer socialmente como agricultor ou, dito de outra forma, ser apropriado, como herdeiro, (Bourdieu, 1998, p. 84) pela condição de agricultor. As estratégias de reconversão social e saída da agricultura por membros de uma família a partir do engajamento em organizações de defesa dos agricultores ficam bastante claras no caso de uma entrevistada que está referenciada no Quadro 2 como entrevistada 1, assentada e integrante do MST. Todos seus irmãos, em número de 6, são assentados, assim como os pais, um caso em que a mobilização e a participação em um movimento social pode ser entendida como forma familiar de dotação de terras, o que é considerado por Vianna (1989) e Woortmann (1995) como similar à migração de membros de uma família para aquisição de terras. O processo de mobilização envolveu inicialmente dois irmãos que “acamparam”, e a seguir outros irmãos fizeram o mesmo e foram também assentados. Isso deu continuidade a relações de reciprocidade e auxílio mútuo próprios aos grupos familiares. É preciso observar também que essa família está desde a geração dos pais envolvida em processos sociais de exclusão da atividade agrícola e a militância apresenta-se como a prática possível de contraposição a esses processos. Os pais possuíam 28 hectares como “atingidos por barragem”, e foram assentados em uma fazenda em uma época anterior. A valorização da mobilização, da participação em movimentos por parte da entrevistada está conectada à experiência do pai, que, como “pioneiro”, era inábil em termos de militância ou participação política. Em um primeiro momento, o pai, quando perdeu suas terras devido à construção de barragens “se deu mal por que todo mundo foi indenizado. E o meu pai, ingênuo como foi sempre, ele não queria indenização, porque ele pensava que não ia conseguir comprar outro pedaço de terra. Daí ele quis uma troca. Só que os outros [vizinhos reassentados] que venderam tudo, eles ganharam a mesma coisa” (entrevistada 1). O assentamento paterno garantiu a continuidade da família na agricultura, também por que permitiu aos filhos a possibilidade de casamento com outros filhos de agricultores. Três irmãs mais velhas residem no assentamento dos pais e casaram com filhos de agricultores assentados. No entanto, a ausência de condições de dotação de terra aos filhos persiste.

Nessas condições, se mantém a busca de reconversão profissional de parte de alguns irmãos. A entrevistada cursou magistério: “fui dando aula na cidade, não consegui dar aula lá no interior onde os meus pais moravam na época” (entrevistada 1). Nesse momento de sua trajetória a entrevistada encaminha-se para outra profissão e modo de vida, diferente de suas irmãs mais velhas, que “casaram, constituíram família” e interromperam os estudos.

Essa situação dura até que inicia um novo ciclo social de mobilização no Rio Grande do Sul, aquele dos primeiros “sem-terra”. É a família, enquanto rede, que promove o engajamento nesse movimento. Já tendo conciliado sua formação escolar com um engajamento em estruturas católicas de mobilização como a Pastoral da Juventude Rural, converte esse engajamento em militância “política”, tendo atuado em sindicatos, em partidos políticos e posteriormente no MST. É esse trajeto militante que possibilita a ela dar sentido “político” à mobilização por “terra”. Ao mesmo tempo, casa-se com um “acampado” e passa a residir em um assentamento, onde investe o que poderia ser qualificado como seus “recursos profissionais” na obtenção e manutenção de uma escola estadual no assentamento. Nesse caso, de um trajeto social marcado por uma relativa mobilidade ascendente em relação aos pais e por uma formação cultural permeada pela militância, a entrevistada associa a aquisição do lote como possibilidade de realizar seus “sonhos de mudar o mundo, as utopias da gente”, e não apenas a uma forma de manutenção dos vínculos com a agricultura familiar.

2 Mobilidade intergeracional e as possibilidades de retorno à condição de agricultor

Se o investimento na formação escolar como forma de reconversão profissional é observado em cerca de metade das entrevistas em profundidade, esse investimento tem um “andamento” irregular, com várias interrupções e desistências e, em certos casos, convive com o próprio ativismo militante.

A própria inserção de membros de uma mesma família em diferentes associações (sindicatos, “comunidade”, partidos, movimentos) pode ser compreendida como parte dessas estratégias de diversificação e como busca de recursos sociais para fazer frente à instabilidade da condição. Se isso pode parecer bastante óbvio — pois aqueles engajados no MST “querem terra” e os associados a sindicatos buscam uma variada gama de “serviços” —, também obscurece o quanto essas estruturas oferecem em termos de capital social, referenciais ideológicos e espaços de atuação “profissional”.

É um tanto surpreendente que poucos dentre os pesquisados tenham irmãos ligados à Igreja Católica como profissionais na medida em que esta recruta clérigos e religiosos em boa parte no campesinato do sul do Brasil

(Della Cava, 1978). Mas nota-se que a maior parte das mulheres que foram entrevistadas em profundidade se inseriu em espaços fomentados, criados ou mantidos pela Igreja⁵, “voltados a todo esse debate chamado Teologia da Libertação” (entrevistada 6, presidente de Sindicato), e ali adquiriram os referenciais ideológicos para interpretar a condição de seus pais. A existência e a posse desses recursos dizem respeito à “história incorporada”: a “formação”, a experiência adquirida na mobilização, as técnicas e saberes próprios ao trabalho militante: “Era um período de muito estudo. A gente estudava sociedade, organização (...), que era o que iria subsidiar isso lá no debate do município” (entrevistada 6, presidente de sindicato).

Ao mesmo tempo, a inserção nessas associações permite o reforço de certas disposições à adesão a sistemas de valores em que está presente a revolta contra as injustiças e valorização da condição de agricultor. Essas disposições têm como base o ressentimento com as difíceis condições de manutenção da família de origem e principalmente do pai, na agricultura familiar.

É necessário aqui retomar as proposições de Bourdieu (1993) sobre as diferentes possibilidades de relação com o pai enquanto representante e transmissor não só de disposições e recursos sociais, mas também de um “projeto”, esforço ou intenção, em que o indivíduo investe a herança familiar e, nas sociedades modernas, as aquisições escolares (sucessos ou fracassos). Assim, nos projetos de sucessão familiar bem-sucedidos, em que há reprodução da posição social do pai, há uma aceitação da herança paterna; nos mal-sucedidos, os indivíduos não conseguem atender às expectativas paternas de sucesso social ou rejeitam o projeto paterno (com escolhas profissionais distintas do planejado ou esperado pela família de origem). Por outro lado, aqueles cujo projeto familiar implica ascensão social recebem uma dupla incitação: ultrapassar o pai, separar-se dele e de sua identidade social ou permanecer junto dele e fracassar socialmente (Bourdieu, 1993, p. 1096-1097). Bourdieu interessa-se sobretudo pelo sofrimento psíquico de origem social devido à diferença entre a herança e seu resultado e mesmo, nos casos de filhos em ascensão cujos pais ocupam posições dominadas, pelos *habitus* cindidos ou rompidos: divididos contra eles mesmos, em negociação permanente consigo mesmos, voltados aos desdobramentos, múltiplas percepções de si e à multiplicidade de pertencimentos identitários (Bourdieu, 1993, p. 1098).

A militância possibilita tanto um certo afastamento da condição de agricultor quanto um retorno reflexivo sobre a condição do pai, sobre a identidade paterna, um retorno distanciado aos seus problemas, numa espécie de solução de compromisso entre o distanciamento do trabalho na agricultura e a identidade de agricultor. Nos casos de uma exclusão explícita da agricultura familiar na geração paterna, o engajamento e militância nessas formas associativas permitem uma espécie de redenção ou de desagravo da figura paterna na medida em que as ideologias elaboradas e difundidas nessas associações fornecem o vocabulário para elaborar a experiência das dificuldades de reprodução na agricultura familiar e uma narrativa que oferece soluções a essas dificuldades.

O trajeto da entrevistada 9 mostra como a militância substitui a escolarização em termos de reconversão social, ao mesmo tempo permitindo a reelaboração da condição do pai. A entrevistada é dirigente estadual do MMC e também assentada ou, como ela mesma se define, “casada com um assentado” — seu marido cultiva o lote sem ela. O resgate da impossibilidade do pai em dotar os filhos por meio da militância é bastante explícito. Ela foi anteriormente engajada na Pastoral da Juventude Rural, a partir da qual “contribuía nas mobilizações dos sem-terra”. O pai possuía 17 hectares, com cinco filhos (duas filhas e três filhos). Com essa quantidade de terra o pai tinha “o suficiente para ele poder viver, mas não os filhos”, que se voltaram então para outras atividades: sua irmã cursou magistério, o irmão seguiu o curso de agronomia e ela “saiu de casa para estudar”. A irmã e um irmão inseriram-se no “movimento” e atualmente são assentados. É possível relacionar isso a uma dupla incitação paterna, pois ao mesmo tempo em que incitava os filhos a estudar, “o sonho do meu pai era comprar terra para cada um e casa para cada um. Tanto é que o meu pai se frustrou muito com isso [a impossibilidade de comprar terras aos filhos]” (entrevistada 9). A entrevistada residiu em uma cidade do interior, trabalhando em uma farmácia “para me manter” e estudar. Ao mesmo tempo, estando inserida desde sua comunidade na Pastoral da Juventude, não terminou os estudos para se dedicar à militância, para “organizar os grupos de jovens em outras comunidades”. “Contribuí com o Movimento Sem Terra, com o movimento sindical e partidário em sua região, posteriormente inserindo-se nos movimentos de “mulheres rurais”.

Nesse caso, a formação escolar é substituída então pela “formação de consciência”, possibilitada pela Pastoral da Juventude, a qual a entrevistada descreve como uma “escadinha” a ser subida: “você entrava na Pastoral da Juventude, da Pastoral da Juventude você ia para o sindicato, do sindicato você ia para o partido” (entrevistada 9). Essa “formação de consciência”, que é a generalização da condição paterna e seus “problemas” como condição de um grupo social específico, permite justificar as soluções possíveis aos jovens sem-terra no momento. “Com o processo de participação que nós já tínhamos, aí já entendíamos que era todo um sistema que estava

⁵ A ação da Igreja Católica está na origem de todos os movimentos de categorias negativamente privilegiadas do meio rural no Rio Grande do Sul.

criado. Mas o meu pai, a visão de mundo dele, até onde que foi lhe permitido ter uma visão mais ampliada, ele se culpou por não conseguir comprar terra para cada filho. Então na verdade era todo um sistema que estava aí colocado, que não permitia de que por outros caminhos se pudesse ter terra” (entrevistada 9).

Em casos em que não há a exigência de um esforço tão forte para deter uma mobilidade intergeracional que implique a saída da agricultura, como no caso dos ligados ao MST, o retorno à condição do pai está ligado à consagração da figura paterna como origem do trabalho militante. Esse tipo de relação foi observado principalmente entre as mulheres atuantes no movimento sindical. A atuação sindical pode ser apresentada como herança de uma atividade anterior do pai, que figura na apresentação como um “fundador do sindicato” ou ainda como “inovador” na atividade agrícola, em casos em que a própria militância está inserida nos marcos de um trabalho comunitário que envolve outros membros da família e está bastante relacionado ao cultivo de capital social.

A interpretação e apresentação da própria militância como herança do pai é observada no caso da entrevistada 6, presidente de um Sindicato de Trabalhadores Rurais em um município do norte do Rio Grande do Sul. Essa entrevistada, que também substituiu uma formação escolar interrompida por falta de recursos pela militância, conecta sua trajetória militante ao pai, como “um passo a mais” em termos de fases da prática sindical. Tendo sido anteriormente uma das dirigentes estaduais do movimento de mulheres trabalhadoras rurais, ela iniciou sua militância na Pastoral da Juventude Rural. Em sua comunidade “já participava do grupo de jovens” e sua família “sempre teve atuação na Igreja”, e assim engajou-se na organização embrião daquele movimento a convite de religiosas católicas. Oriunda de uma família com onze filhos, seu pai incentivava a saída dos filhos da agricultura. Os irmãos trabalham como “mão-de-obra assalariada, e quem ficou na agricultura mesmo sou eu, que vivo da atividade agrícola; e outra irmã minha que se casou [com um agricultor]” (entrevistada 6). Uma das formas de promover a saída da agricultura era o incentivo ao estudo por parte do pai: “Ele brigava com nós se nós não estudássemos. O ensino fundamental ele dizia que ninguém se dá ao direito de não ter. E aí eu fiz o ensino médio também na cidade”. É em um momento de interstício entre a finalização do ensino médio e a possibilidade difícil de ser realizada de uma faculdade que ela se engaja definitivamente na militância: “Então quando eu comecei a atuar com a juventude, na verdade eu já tinha feito o ensino médio. Então eu estava somente trabalhando na atividade agrícola. E eu queria fazer faculdade, mas aí a grana do meu pai não permitia tanto. Parece que a oportunidade [de um engajamento mais intenso] chegou na hora certa, quando eu estava mais livre” (entrevistada 6). Ao mesmo tempo, se seu pai não encontra possibilidades de sucessão na agricultura, a filha se coloca em continuidade à atividade sindical do pai, apresentado como “um professor do sindicalismo”: “As coisas sempre têm uma história. (...). O meu pai foi o primeiro presidente do sindicato dos trabalhadores rurais em [município]. Então, na verdade, eu já tenho dentro de mim essa veia mais sindicalista por conta do pai” (entrevistada 6). Seu engajamento e profissionalização na militância ocorrem, segundo ela, sob os auspícios do pai: “quando o pai viu que era um trabalho pra dar sequência àquilo que ele mesmo acreditava, que também num certo sentido já vinha fazendo, e com o apoio da Igreja, e como foi a Igreja que pediu isso pra ele, então ele me permitiu ir, que se ele quisesse, teria me barrado, ou seria muito mais difícil ter participado se eu não tivesse o apoio dele” (entrevistada 6).

3 Filhos e mobilidade social

O retorno simbólico propiciado pela militância, no entanto, não supera a tendência familiar em relação à saída da agricultura. Um estudo mostra que em um assentamento de reforma agrária no Rio Grande do Sul, a geração que “acampou” e foi assentada pertencia às frações mais fracas dos agricultores familiares, em vias de exclusão da agricultura (Coradini, 2010). Mesmo tendo conseguido se manter como agricultores a partir de uma militância “pioneira”, e agora mantida em diferentes intensidades, enfrentam um impasse quanto ao futuro dos filhos. Para esses, as perspectivas são a escolarização e seguimento de outra profissão, a migração para a o meio urbano em atividades não especializadas ou o início de um novo ciclo de mobilização, ou seja, integrar um acampamento do MST para então ter a possibilidade de ser assentado. Essas perspectivas, ao mesmo tempo, desenham-se quando os filhos dos integrantes do universo considerado possuem maiores chances de herança da terra que a geração dos pais, também dadas pela drástica redução do número de filhos de uma geração para outra⁶. Esse processo é observado no caso da entrevistada 2, assentada e militante de base do MST. A posse de um lote não garante a continuidade da permanência de seu núcleo familiar na agricultura. Nenhum dos três filhos — duas moças e um rapaz — está com os pais no lote. Uma das filhas é casada com um filho de assentado, está cursando contabili-

⁶ O estudo de Coradini (2010) foi elaborado a partir de pesquisa em um assentamento no qual residiam algumas das mulheres entrevistadas na pesquisa que deu origem a este texto. Nesse estudo, enquanto a média do número de filhos dos pais era, para 60 entrevistados em 1994, de 8,01 filhos, a média do número de filhos na geração respondente era de 1,9 filho.

dade, outra filha também casada, trabalha como secretária da cooperativa de técnicos ligada ao MST e o filho pretende fazer faculdade em uma instituição do “Movimento”, trabalhando em uma agroindústria de uma escola do mesmo. Essa mulher, no entanto, sabendo que “não pode comprar um pedaço de terra para cada filho”, “queria que o [filho] fosse acampar também, mas ele disse que por enquanto ele está trabalhando. E a minha outra filha tem [terra]; daí só a [filha e genro], eles estão empregados, trabalham para o Movimento também. Mas eu ainda acho que seria melhor se eles fossem acampar, porque daí se um dia eles ganhassem um pedaço de terra, eles estavam em cima do que é deles” (entrevistada 2). O engajamento no MST, no caso dessa assentada, desencadeia um processo em que a identidade familiar com a agricultura é mediada por esse movimento.

Essa incerteza quanto à permanência na terra na geração dos filhos atravessa os diferentes movimentos em pauta. No caso dos líderes sindicais entrevistados por questionário, observa-se um processo similar. Enquanto que para 192 entrevistados que declararam quantos irmãos possuíam (de 218 que declararam ter irmãos) encontramos uma média de 5,2 filhos para os pais; para os 197 que declararam o número de filhos (de 204 que declararam possuir filhos), há uma média de 1,9 filhos para entrevistados cuja idade média é de 49 anos, ou seja, no final ou fora do período reprodutivo. Ao mesmo tempo, as possibilidades de permanência dos filhos na agricultura parecem ser menores que as da geração anterior. Para aqueles com somente um filho (20,3% dos casos), desses somente 36,7% são agricultores. No caso daqueles com dois filhos (38,6% dos casos), o primeiro filho é agricultor em 35,9% dos casos e o segundo filho, em 32,2%. Para aqueles com três filhos, (29,9% dos casos), o primeiro filho é agricultor em 30,3% dos casos, o segundo em 22,8% e o terceiro em 24%. Nesse sentido, os investimentos de lideranças desses movimentos nas discussões sobre a “sucessão rural”, ou sobre “juventude rural”, podem ser entendidos como uma continuidade desse retorno reflexivo à condição da família de origem.

Considerações finais

Se a agricultura é, por excelência, um ofício cujo aprendizado se dá na família de origem, em um longo processo de socialização que começa na infância, a condição de militante permite um distanciamento em relação a essa condição e pode fazer parte das estratégias de reconversão profissional da família de origem para os oriundos de famílias de agricultores. No entanto, a inserção em sindicatos e movimentos em nome de categorias sociais “rurais” permite também a manutenção da identidade de agricultor e o estabelecimento de uma série de compromissos com a origem (remissão, rememoração e consagração do pai como figura-chave da identidade de origem), em que a condição de agricultor ganha atributos positivos. Caso particular de relação distanciada e reflexiva com a condição de origem, a profissionalização da militância permite a valorização de uma condição socialmente estigmatizada.

Assim, o investimento de si nessa atividade pode ser compreendido ao se considerar que a militância e a mobilidade intergeracional ascendente que lhe correspondem permitem uma atividade reflexiva sobre a condição social do pai, a qual é entendida como personificação da agricultura como profissão, e permite conferir a essa condição um atributo positivo. Nesse sentido, a militância em organizações de defesa de categorias do meio rural se apresenta como uma das poucas condições para tentar superar a imposição de representações de outros grupos sociais em relação à agricultura familiar e dá origem à defesa dessa como identidade, valores e estilo de vida no espaço político. A elaboração da condição de origem também está diretamente ligada à continuidade do investimento na atividade militante e à satisfação com ela. Esse tipo de investigação em que se leva em conta as possibilidades abertas à inserção profissional ao longo das gerações pode contribuir, por fim, ao entendimento de processos de mobilidade social ascendente e seus efeitos socioeconômicos mais amplos.

Referências

BOURDIEU, P. **Le bal des célibataires**. Paris: Seuil, 2002.

BOURDIEU, P. Le mort saisit le vif. As relações entre a história reificada e a história incorporada. In: BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. São Paulo: Bertrand Brasil, 1998. P. 75-106.

BOURDIEU, P. Les contradictions de l’héritage. In: BOURDIEU, P. (Dir.). **La misère du monde**. Paris: Seuil, 1993. P. 1091-1103.

- BOURDIEU, P. Une Classe Objet. **Actes de la Recherche en Sciences Sociales**, Paris, v. 17-18, p. 2 -5, nov. 1977.
- BRUMER, A. et al. Os jovens na agricultura familiar. In: CONTI, I. L.; MAGRI, C. A. (Orgs.). **Agricultura familiar: alternativas em construção**. Passo Fundo: Editora IFIBE, 2008. P. 81-104.
- BRUMER, A.; ANJOS, G. dos. Relações de Gênero em Assentamentos: a noção de empoderamento em questão. In: LOPES, A. L.; BUTTO, A. (Orgs.). **Mulheres na Reforma Agrária: a experiência recente no Brasil**. Brasília: MDA, 2008. P. 219-240.
- BRUMER, A. Gênero e agricultura: a situação da mulher na agricultura do Rio Grande do Sul. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 12, n. 1, p. 205-227, jan.-abr. 2004.
- CHAMPAGNE, P. La reproduction de l'identité. **Actes de la Recherche en Sciences Sociales**, Paris, v. 65, p. 41-64, nov. 1986.
- CORADINI, O. L. Ambivalências na representação de classe e a noção de trabalhador rural. In: NAVARRO, Z. (Org.). **Democracia e cidadania no campo: as lutas e movimentos sociais dos colonos e trabalhadores rurais no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Editora da Universidade, 1996. P. 171-188.
- CORADINI, O. L. Recursos de Origem, Investimentos e Expectativas de Retribuição na Militância no MST. **Espacio Abierto**, Caracas, v. 19, p. 445-473, 2010.
- DELLA CAVA, R. Política a curto prazo e religião a longo prazo: uma visão da Igreja católica no Brasil (em abril de 1978). **Encontros com a Civilização Brasileira**, Rio de Janeiro, n. 1, p. 242-256, jul. 1978.
- DURAND-SEBAG, J. Stratification et classes sociales. In: DURAND, J.-P.; WEIL, R. (Dir.). **Sociologie Contemporaine**. Paris: Vigot, 1997. P. 336-355.
- ELIAS, N. Aspectos sociológicos da identificação. In: ELIAS, N.; SCOTSON, J. L. **Os estabelecidos e os outsiders**. Sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: Zahar, 2000. P. 187-189.
- FREUD, S. Family romances. In: GAY, P. (Ed.) **The Freud Reader**. New York: W.W. Norton & Company, 1989. P. 297-300.
- HOGGART, R. **La culture du pauvre: Étude sur le style de vie des classes populaires en Angleterre**. Paris: Les Éditions de Minuit, 1970.
- LAGRAVE, R.-M. Introduction. In: LAGRAVE, R.-M. (Dir.). **Celles de la terre: agricultrice, l'invention politique d'un métier**. Paris: EHESS, 1987. P. 11-29.
- MARESCA, S. La représentation de la paysannerie: remarques ethnographiques sur le travail de représentation des dirigeants agricoles. **Actes de la recherche en sciences sociales**, Paris, v. 38, p. 3-18, mai. 1981.
- MELO, H. P. de, SABBATO, A. di. Um olhar de gênero nos assentamentos da Reforma Agrária. In: LOPES, A. L.; BUTTO, A. (Orgs.). **Mulheres na Reforma Agrária: a experiência recente no Brasil**. Brasília: MDA, 2008. P. 153-184.
- MUEL-DREYFUS, F. **Le métier d'éducateur: les instituteurs de 1900, les éducateurs spécialisés de 1968**. Paris: Les Éditions de Minuit, 1983.
- PUDAL, B. Les dirigeants communistes: du "fils du peuple" a "l'instituteur des masses". **Actes de la recherche em sciences sociales**, Paris, v. 71-72, p. 46-70, mar. 1988.

STROPASOLAS, V. L. O valor (do) casamento na agricultura familiar. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 12, n. 1, p. 253-267, jan.-abr. 2004.

VIANNA, A. Organização social e ação política do campesinato: o caso da “invasão” da Fazenda Annoni. **Comunicação nº15**. Rio de Janeiro: Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, 1989.

WEBER, M. **Economía y Sociedad**. México: Fondo de Cultura Económica, 1984.

WOORTMANN, E. F. **Herdeiros, parentes e compadres**. Brasília: Hucitec, 1995.